

Apresentação

“Tout récit est un récit de voyage, une pratique de l’espace”

Michel de Certeau ¹

Bahia de Todos os Santos.

Fica esta na altura de 13 graos de latitude para o Sul e 345 e 36 minutos de longitude pelo meridiano da Ilha do Ferro; a sua Barra hé espaçosa e admiravel com duas leguas e meya para 3 de bocca, em forma que por ella pode entrar huma armada emparelhada supposto que sempre deve haver cautella com a ponta do Baxo Santo Antonio.

Tem o seu Porto notaveis vantagens; pois formando-se a sua enseada desde Santo Antonio da Barra athé a praya de Itapagipe, fica hum golfo dos melhores que pode apetercer-se, capaz de muitas esquadras e limpo de ilhas, quando tem muitas no seu recôncavo; e de tal forma disposta pela natureza que formao em partes hum labirinho curiozo e deleitavel [...].²

Porto admirável, desde o final do século XVI, a cidade da Bahia esteve intensamente envolvida no comércio atlântico e no tráfico negreiro.³ Sendo conjuntamente cabeça do Estado do Brasil e empório universal, metrópole eclesiástica e, quase à sua

1 Michel de Certeau, *L'invention du quotidien. 1 Arts de faire*, Paris: Gallimard, 1990, p. 171.

2 Luís dos Santos Vilhena, *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas contidas em XX cartas...* Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921, Livro I, p. 29-30. Com os instrumentos atuais de localização, sabemos que Salvador encontra-se na latitude: 12°58'16" S e na longitude: 38°30'39"W.

3 Assim era chamada a cidade de Salvador até o século XIX. Para uma visão geral da história da Bahia, Stuart Schwartz, *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995; Katia Mattoso, *Bahia no século XIX. Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

revelia, cidade cosmopolita, ela foi, desde então, o lugar de várias circulações, de influências diversas e de reconfigurações profundas.

Implantada no topo de uma colina para facilitar a sua defesa, como tantas outras cidades litorâneas europeias da costa mediterrânea e atlântica,⁴ esta cidade del-rey adotou os modelos urbanos, retóricos e políticos europeus, vigentes entre os séculos XVI-XVIII, representando, no seu espaço, a hierarquia do seu “corpo político”.⁵ Desposando a topografia, as administrações judiciárias e religiosas, erigidas na cidade alta, dominavam as atividades marítimas e comerciais da cidade baixa junto ao mar. Chegando a Salvador, os viajantes dos séculos XVIII e XIX podiam evocar com admiração a beleza das igrejas e dos conventos, os palácios do governador, do arcebispo e da câmara, bem como a riqueza do seu comércio. Mas não deixavam de ver aí, também, uma “nova Guiné”, “uma cidade negra”.⁶ Hoje em dia, as ruínas do império, oferecidas ao olhar estrangeiro – uns belos rastros, de fato, desse longínquo passado colonial –, convivem sem mais questão com um presente esquecido dos processos de dominação e de subordinação dos quais resultou.⁷

Questionando as imagens que construíram a cidade da Bahia, sabemos que uma cidade sempre comporta muitas outras, escapando-nos muitas vezes o movimento opaco da cidade habitada. No entanto, ao propormos esta série de retratos, focando as instituições, as práticas e as representações dos vários atores envolvidos nesta urbe atlântica, do princípio do século XVII até os finais do século XIX, procuramos sugerir as interações de que foi o lugar, as relações que a definiram, os vários espaços que investia e a investiam e, afinal, a sua profunda inscrição tanto no império português quanto no Atlântico. Trata-se, portanto, de uma proposta de leitura conjunta das diferentes contribuições apresentadas aqui, oferecendo como um observatório da cidade da Bahia. Uns retratos que são como uns fragmentos, facetas de um mesmo espaço, simultaneamente cidade de Antigo Regime, reproduzindo suas hierarquias e suas exclusões, e cidade atlântica de um cosmopolitismo forçado, para a maioria, de uma adaptação, para todos, condicionada e determinada de algum modo pelo regime escravista. Lugar de convivências e de conflitos, de tensões e de apropriações, que não deixaram de influir em seu devir, deixando suas marcas e sua inércia, para além da independência e da abolição da escravidão.

4 Nestor Goulart Reis Filho, *Evolução urbana no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968; Beatriz Siqueira Bueno, *O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: Edusp, 2011.

5 João Adolfo Hansen, “Artes seiscentistas e teologia política”. In: Percival Tirapeli (Org.), *Arte sacra colonial: barroco memória viva*. São Paulo: UNESP, 2001, p.180-189; Rodrigo Almeida Bastos, “Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII”, *Revista do IEB*, 44, p. 27-57, 2007.

6 Moema Parente Angel, *Visitantes estrangeiros na Bahia Oitocentista*. São Paulo: Cultrix, 1980.

7 Ann Laura Stoler (Ed.), *Imperial Debris: On Ruins and Ruination*. Durham: Duke University Press, 2013.

Entendida como construção social, política, econômica e simbólica, a cidade da Bahia afigura-se um objeto de estudo particularmente fascinante. Desafiando os tradicionais recortes acadêmicos, tal perspectiva também permite contornar a cronologia do Brasil colonial e a cesura, também ela artificial, da independência.⁸ Sendo o lugar de várias dinâmicas, envolvendo grupos sociais diversos, a Bahia surge como um quadro bastante interessante de usos e de interações entre instituições, agentes e representações, permitindo uma abordagem múltipla e favorecendo o diálogo entre aproximações globais e micro-históricas.⁹ Pensá-la dessa forma é, a um só tempo, uma maneira de fazer e desfazer a história do império português e de contribuir para a história atlântica. Confrontar estas várias abordagens da cidade da Bahia responde à necessidade de entender melhor a complexidade dos processos de formação colonial/imperial da Bahia, de situar as tensões em movimento no decurso dos séculos passados e as reconfigurações sociais e políticas nela ocorridas.

Assim sendo, não se pretende de modo algum esgotar aqui todas as dimensões da cidade da Bahia. Os ausentes até são muitos, começando pelos índios, que, embora expulsos logo na fundação da Bahia, não deixaram de habitar e assediar a cidade de várias maneiras. Contudo, o objetivo deste livro é outro, pois busca enfrentar simultaneamente problemas relativos à política e à escravidão, à formação imperial e à situação colonial, fazendo dialogar historiografias distintas, num exercício de aproximações e distanciamentos.¹⁰ Nestes retratos, deparamo-nos repetidamente com os condicionamentos institucionais, a importância das práticas e o jogo das identidades dos mais variados atores envolvidos na cidade. O papel das instituições, sejam elas políticas ou sociais, na conformação da sociedade colonial baiana merece ser realçado, determinando a integração imperial e a interdependência com a coroa portuguesa, mas também, as formas da escravidão, ou ainda a busca de legitimação e as vias de promoção social. Ao impor outros tantos constrangimentos, elas condicionaram de algum modo as reconfigurações, também identitárias, que tiveram lugar na Bahia. A complexidade dos processos de identificação é outro aspecto que atravessa o conjunto das contribuições, dizendo respeito tanto à população colonizadora, isto é, aos europeus e seus descendentes nascidos no Brasil, quanto às populações nativas e africanas, escravas e libertas. Trata-se de processos paralelos e, todavia, relacionados, levando à emergência dos naturais frente aos reinóis e à formação de etnicidades africanas cada vez mais complexas. Em todos os

8 Silvia Lara, “Conectando Historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa”. In: Vera Ferlini e Fernanda Bicalho (Org.), *Modos de Governar: Ideias e práticas políticas no império português (séc. XVI-XIX)*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 21-38.

9 Jacques Revel (Ed.), *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience*. Paris: EHESS/Gallimard, 1996.

10 Lara, op. cit.

casos, estas identidades surgem usadas pelos atores. Finalmente, deste conjunto, ressalta a pujança das interações ocorridas na Bahia, envolvendo vários espaços através do Atlântico e múltiplos agentes, sejam eles subalternos ou não.

Partimos da situação da Bahia enquanto capital, questionando essa mesma capitalidade e tentando averiguar a sua centralidade de várias maneiras. Os estudos da formação do Atlântico Sul demonstraram amplamente as relações diretas estabelecidas entre o Brasil e a África e o seu papel formador dos mundos atlânticos.¹¹ No entanto, tal conformação não pode ser tão simplesmente desvinculada da Europa.¹² Importa ainda reconhecer e determinar a importância do quadro jurídico e institucional vigente, integrando à análise dessa formação atlântica a construção política imperial, a violência dos contatos e das trocas culturais, assim como os vários processos de territorialização.¹³ Uma devida contextualização das dinâmicas atlânticas não pode deixar de considerar as estruturas de oportunidades e de constrangimentos, como as disposições socialmente adquiridas. Não se trata de um mero pano de fundo. O policentrismo e o pluralismo jurídico e político, que caracterizaram as monarquias corporativas dos séculos XVI-XVIII, tiveram implicações várias e profundas no mundo atlântico. A sociedade hierarquizada, fundada na desigualdade e no privilégio, que foi a sociedade de Antigo Regime, tampouco podia deixar de influir nos modos de dizer e de viver as relações sociais e políticas desse período.¹⁴

Importa, pois, ter em conta a profunda interdependência da cidade da Bahia com a Coroa portuguesa, seja em termos fiscais, políticos ou sociais. Os textos da primeira parte exploram essas dimensões, além de realçar o papel da comunicação imperial. A construção do laço político com o rei é o tema desenvolvido por Guida Marques, seguindo o fio das várias representações da cidade durante o século XVII. O protagonismo da “gente da governança” é aprofundado por Pedro Cardim e Thiago Krause, num estudo que atenta particularmente para os circuitos de comunicação político-administrativos com a corte. Ao analisar detidamente as reivindicações da elite camarária, os autores destacam a questão da condição dos vassallos da Bahia no seio da Coroa portuguesa, esclarecendo aspectos relativos à sua autonomia administrativa e

11 Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul (séc.XVI-XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

12 Jean-Loup Amselle, *L'Occident décroché. Enquête sur les postcolonialismes*. Paris: Stock, 2008.

13 Trevor Burnard, “Empire matters? The historiography of imperialism in early America”, *History of European Ideas*, 32 (4), 2007, p. 87-107. Para um balanço historiográfico da *Atlantic History*, Jack P. Greene e Philip Morgan (Ed.), *Atlantic History. A critical appraisal*. Oxford: Oxford University Press, 2009; Nicholas Canny e Philip Morgan (Ed.), *The Oxford Handbook of the Atlantic World 1450-1850*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

14 António Manuel Hespanha, “Depois de Leviathan”. *Almanack Braziliense*, n. 5, 2007, p. 55-66. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11658>>. Acesso em: 15 maio 2015.

à sua naturalidade americana. Esse protagonismo da Bahia vem confirmado na abordagem proposta por Avanete Pereira Sousa. Ela demonstra muito claramente a importância ímpar de Salvador e sua centralidade econômica e fiscal ao longo do século XVIII. Ao sublinhar as suas conexões não só com a metrópole e o Atlântico, mas igualmente com o interior do Estado do Brasil, ela revela como a cidade da Bahia foi se construindo como o principal nó de múltiplas territorialidades. Todos estes textos apontam para a importância da Bahia no Atlântico e no seio do império português, tornando-se, afinal, também um centro de política e de representações imperiais.

A segunda parte é, por sua vez, dedicada ao importante papel desempenhado pela Igreja na cidade da Bahia. Foi sob o signo da cruz que se construiu o império lusitano – menos por seu élan missionário e mais pela política monárquica de legitimação do império junto à cúria romana.¹⁵ O lugar central ocupado pela religião nas sociedades de Antigo Regime exige que se dedique atenção particular ao estudo da Igreja no contexto de uma cidade que se constituiu cabeça da América Portuguesa. É importante entender aspectos institucionais que permitem acompanhar a construção, pelos próprios agentes eclesiásticos, de processos de afirmação distintiva e de poder. Faz-se igualmente necessário examinar as estratégias desenvolvidas por eclesiásticos e leigos de diferentes grupos sociais no seio das instituições religiosas – sejam elas de caráter restrito aos eclesiásticos ou aberta aos leigos, como no caso das irmandades.

Evergton Sales Souza e Bruno Feitler abordam a cidade da Bahia enquanto metrópole eclesiástica no seio do ultramar português, examinando a afirmação da preeminência desta jovem Igreja. O estudo revela a importância da representação do poder e da dignidade na política de enaltecimento desenvolvida pela sé episcopal, recorrendo conjuntamente a uma política editorial, arquitetônica e pictural. Se a elevação a arcebispado vem confirmar, no domínio religioso, a centralidade da Bahia como mais importante eixo comercial e atlântico, a análise dos usos dos prelados baianos para marcar sua posição no seio das instituições locais revela que a sua detida política de engrandecimento desenvolve-se num movimento paralelo e vinculado a outros grupos sociais estudados neste volume, partilhando com eles tantos outros conflitos jurisdicionais e de representação.

A relação entre instituição e comportamentos sociais ocupa igualmente os estudos seguintes, revelando os usos e apropriações por parte de grupos diversos, sejam eles escravos, libertos ou livres em busca de ascensão social. Hugo Ribeiro da Silva examina o problema da composição social do cabido da sé. Abordando a questão da

15 Num estudo magistral, Giuseppe Marcocci mostra como a construção do Império Português passou por uma ação consciente da monarquia lusitana, que, por muito tempo, fez de Roma uma fonte fundamental de sua legitimação. Cf. Giuseppe Marcocci, *A consciência de um império. Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

naturalidade, cada vez mais reivindicada, ele mostra a complexidade dessa identidade, alertando para a interpretação que se lhe pode dar. Deste estudo, ressalta finalmente a ideia de que o cabido, à semelhança de outras instituições, como as câmaras, as Misericórdias ou ainda os ofícios periféricos da Monarquia, pode ser considerado como uma instância de estruturação social e institucional, participando da construção da hierarquização e distinção social vigente na Bahia. Também seria esse o caso da instituição estudada por Lucilene Reginaldo. Analisando os livros da irmandade do Rosário das Portas do Carmo, ela mostra a primazia dos angolas e sua atuação ao longo dos séculos, nomeadamente os seus privilégios no acesso aos cargos da direção, remetendo finalmente para um complexo universo de formação de identidades negras no Setecentos baiano. Lembrando que as irmandades, como as corporações militares de homens de cor, constituíam canais de expressão e de integração da população negra no período colonial, ela revela como, destas instituições, vai emergindo uma “elite” dos homens de cor na América Portuguesa. Sublinhando os constrangimentos jurídicos, que vão influenciando na vida dessas irmandades, ao restringir nomeadamente a participação dos cativos nos cargos de direção, ela aponta para a evolução dos processos de identificação ao longo do tempo. Centrada no estudo de aspectos religiosos, esta segunda parte ressalta o papel dos privilégios nas estratégias individuais e de grupos, apresenta processos complexos, dependentes das circunstâncias e elaborados, necessariamente, no seio de relações sociais e políticas mais amplas.

Deslocando a atenção das instituições para os próprios atores, a terceira parte incide mais precisamente nas interações que tiveram lugar na Bahia. O exame de vários grupos e trajetórias individuais, desde o princípio do século XVIII até finais do século XIX, permite considerar múltiplos estratagemas de afirmação e diversas interações atlânticas, que podiam levar tanto à reivindicação da política católica quanto à reapropriação de etnicidades africanas. Analisando as pinturas de quadratura em Salvador e restituindo o riquíssimo contexto da sua concepção e realização, Giuseppina Raggi examina a sua utilização, nas primeiras décadas do século XVIII, por parte de diferentes grupos sociais, reconvertendo o centro da cidade num espaço dinâmico de afirmação de identidades, de diálogo e de conflitos de poderes. O estudo contribui para revelar a profunda convergência entre a estruturação da malha diocesana, a transformação da política religiosa e a afirmação de poderosos grupos sociais que, recorrendo à quadratura, buscavam apropriar-se do discurso do poder da monarquia católica lusitana para afirmar a sua própria inclusão. As complexas trocas atlânticas em movimento, desveladas aqui, acabam também por questionar a ideia de um modelo estético europeu simplesmente transferido para o ultramar, remetendo para processos bastante mais intrincados.

Não obstante as demonstrações de riqueza e poder de uma elite que buscava inserir a terra num contexto cultural europeu, a Bahia não deixava de ser uma cidade

densamente africana, contando, em meados da década de 1830, cerca de 60% de sua população escrava nascida no além-mar, enquanto perto de 80% da população total era negra e mulata. João Reis mostra como a identidade étnica foi uma força intensa, modelando as vidas dos africanos escravizados e das pessoas libertas em Salvador. Ele observa nomeadamente a negociação de identidades, em torno da noção de nações africanas, em instituições religiosas como as irmandades católicas, terreiros de candomblé e grupos islâmicos, mostrando, no entanto, que esses processos não criaram uma divisão étnica completamente hermética. Essas identidades nunca deixavam de ser fluidas, relativas e contrastadas, realçando o papel fundamental dos contextos sociais e da sua evolução na formação das significações e das práticas. Surgindo no meio de interações permanentes nas relações de poder, conflito e solidariedade, estas novas identificações não deixavam, no entanto, de contribuir para certas cristalizações e institucionalizações. Finalmente, o estudo de Gabriela Sampaio nos leva para as últimas décadas do século XIX. Focando o mundo do trabalho para egressos da escravidão, ela examina, num minucioso trabalho de micro-história, a mobilidade de africanos entre Salvador e Rio de Janeiro, questiona as várias motivações desses percursos e lembra que, embora liberto, o africano era um não cidadão, no que dizia respeito à maioria das questões legais, e com pouquíssimas oportunidades de trabalho. Reconstituindo aos poucos estas trajetórias, este estudo revela as reconfigurações do comércio ultramarino estabelecido entre Brasil e África a partir do fim do tráfico, apontando, ao mesmo tempo, para motivações igualmente étnicas e religiosas.

Da não representação dos escravos africanos no século XVII ao estatuto de estrangeiros de muitos libertos no final do século XIX, o caminho não tem muito de linear, mas nunca deixou de ser atravessado por múltiplas interações. Tendo em conta esse quadro complexo, talvez possamos encarar de outra maneira como Salvador foi uma cidade mestiça e esclarecer os diversos modos de negociar com os constrangimentos, sejam eles institucionais e políticos, sociais ou econômicos. Como já ficou manifesto, esperamos, com este livro, incentivar o diálogo entre as várias historiografias convocadas aqui, levando a encarar a formação imperial/colonial da cidade da Bahia em toda a sua complexidade. Invocar conjuntamente a história imperial e a história atlântica afigura-se, por enquanto, uma verdadeira aposta historiográfica. Esta proposta de apresentar alguns retratos da Bahia do princípio do século XVII até finais do XIX tende a ser um primeiro passo nesse sentido. Ela resulta de um importante trabalho de diálogo entre estes e outros investigadores participantes do projeto “Bahia 16-19 – American, European, and African forging of a colonial capital city”, financiado pela Marie Curie Actions, International Research Staff Exchange Scheme, GA-2012-318988, e que reúne equipas de pesquisadores do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar (CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores), da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris) e do Programa de Pós-Graduação em

História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ao “Bahia 16-19” juntou-se o projeto “Uma cidade, vários territórios e muitas culturas. Salvador da Bahia e o mundo Atlântico, da América Portuguesa ao Brasil República”, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia, reunindo pesquisadores do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar (CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores) e do Programa de Pós-graduação em História da UFBA, que visa incrementar esse diálogo, estendendo ainda mais no tempo a investigação e permitindo a participação de outros pesquisadores portugueses e brasileiros.

Evergton Sales Souza, Guida Marques e Hugo R. Silva
(Organizadores)